Wilson Pinto Ferreira Jr – O Presidente da Eletrobras

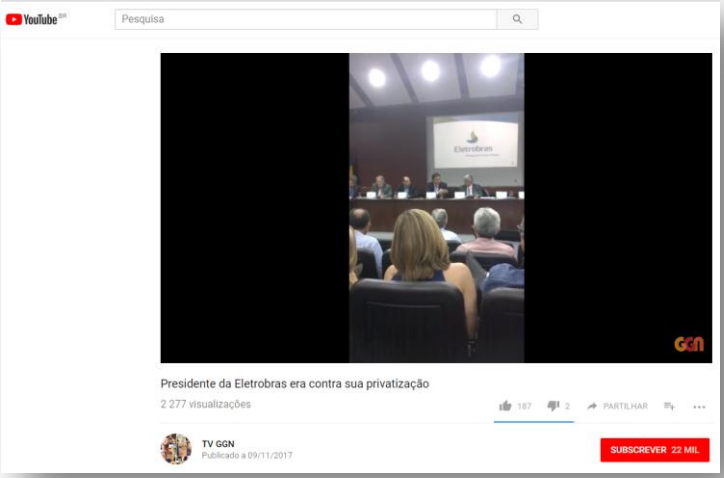
1) Chama empregados de vagabundos.
2) Tenta aumentar seu salário em 46%.
3) Disse aos empregados que era contra a privatização, mas mudou de ideia.
4) Veio da CPFL, que agora está vendida para os chineses.
5) Afirmou que quem é contrário à privatização tem interesses não republicanos.
6) Descumpre o estatuto da própria Eletrobras ao ocupar mais de 5 cargos em conselhos de administração.
7) Primeiro presidente da história da Eletrobras a receber advertência da Comissão de Ética da Presidência da República.
8) Age em conflito de interesses através da atuação em diversos conselhos de administração de empresas do setor.
9) Contrata serviço que não é competência da Eletrobras, além de burlar a Lei de Licitações através de inexigibilidades.

QUEM É

Milionário, colecionador de carros esportivos, gestor bem sucedido no mercado elétrico privado. Foi ex presidente da CPFL, hoje controlada pela China (State Grid).

E muda de opinião com facilidade...

1. **Disse claramente em vídeo gravado no início de 2017 que <u>era contra a privatização</u>:**



https://youtu.be/Jlr0O4Dqjkw

2. **Disse que era contra venda de ativos, mas...**

mercado

Wilson Ferreira Jr. toma posse e nega vendas de mais ativos na Eletrobras

Moacyr Lopes Junior/Folhapress

Wilson Ferreira Jr, novo presidente da Eletrobras

MACHADO DA COSTA
DE BRASÍLIA

27/07/2016 ⊙ 14h31

G1 ECONOMIA

Eletrobras deve vender ativos até abril e levantar cerca de R$ 4 bilhões, diz presidente da empresa

Segundo Wilson Ferreira, detalhes sobre a venda serão anunciados em fevereiro.

Por Juliana Cardilli, G1
31/01/2018 16h49 · Atualizado 31/01/2018 18h58

3. **Contrata empresa para trabalhar para a privatização, SEM licitação:**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CONTRATO Nº ECE-DJS-1252/2017

CONTRATANTE: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS; CONTRATADA: RP Brasil Comunicações Ltda. (FSB Comunicação); OBJETO: Contratação de consultoria estratégica de Comunicação; ESPÉCIE: Contrato nº ECE-DJS-1252/2017; VALOR: R$ 1.800.00,00 (um milhão e oitocentos mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso III da Lei 8.666/1993. VIGÊNCIA: 08 (oito) meses. CRÉDITO: 6152120700. DATA DE ASSINATURA: 20/09/2017. SIGNATÁRIOS: Diretor da ELETROBRAS e Diretor da CONTRATADA.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº ECE-DJS-1252-A/2018

CONTRATANTE: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS. CONTRATADA: RP Brasil Comunicações Ltda. (FSB Comunicação). OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e de vigência do Contrato por 06 (seis) e 08 (oito) meses, respectivamente. ESPÉCIE: Aditivo nº ECE-DJS-1252-A/2018. NOVA VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14 (quatorze) meses. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, parágrafo 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. DATA DE ASSINATURA: 20/03/2018. SIGNATÁRIOS: Presidente da ELETROBRAS e Representante Legal da CONTRATADA.

4. **Trata bem seus empregados...**

veja Lula Eleições 2018 Champions Expedição Vozes do Futebol TVEJA

Economia

Presidente da Eletrobras chama funcionários de 'vagabundos'

Declaração é estopim para guerra interna no órgão

Por **Da Redação**

23 jun 2017, 13h44 - Publicado em 22 jun 2017, 17h32

5. **Já tomou advertência da Comissão de Ética Pública...**

G1 POLÍTICA

Comissão de Ética aplica advertência a presidente da Eletrobras

Wilson Ferreira Júnior gerou polêmica com sindicalistas ao afirmar que parte da chefia da estatal tinha "vagabundos" e "safados". Advertência foi anunciada nesta segunda pela Comissão de Ética Pública da Presidência.

Por Guilherme Mazui, G1, Brasília
27/11/2017 17h13 · Atualizado 27/11/2017 17h32

6. **Descumpre o próprio Estatuto da Eletrobras, não abre mão de jetons e cadeiras em conselhos de administração (ONS, ISA CTEEP, ELETROBRAS, FURNAS, CHESF, ELETROSUL, ELETRONORTE) ...**

Art. 31. O limite máximo de participação do Conselheiro em Conselhos de Administração não poderá ser superior a 05 (cinco), considerando-se o da Eletrobras, observada a limitação remuneratória.

7. **Pede aumento de 46% de salário**

PODER 360 Diretor de Redação Fernando Rodrigues Editor Tales Faria Buscar

Presidente da Eletrobras pede aumento de salário para R$ 76.610

Foi negado pelo ministério

Aumento seria de 46,6%

8. **Afirma que os contrários à privatização possuem interesses não republicanos...**

Segundo Ferreira Júnior, a oposição ao processo de transferência da Eletrobras à iniciativa privada está ligada a algum tipo de "influência não republicana" ou a "privilégios não sustentáveis". Os dois principais oponentes à privatização são, conforme o executivo, alguns políticos e sindicatos.

SOBRE A CONTRATAÇÃO DA FSB CONSULTORIA

IRREGULARIDADES:

1- NÃO ERA COMPETÊNCIA DA ELETROBRAS VENDER A IDEIA DA PRIVATIZAÇÃO, MAS SIM DO ACIONISTA CONTROLADOR, A UNIÃO / MME.
2- NÃO HÁ RAZÕES PARA INEXIGIBILIDADE, HAVENDO FAVORENCIMENTO À FSB.
3- O CONTRATO SERVIU PARA QUE FOSSEM VEICULADAS NOTÍCIAS DEPRECIANDO A IMAGEM DA ELETROBRAS E SEUS EMPREGADOS, COM O INTUITO DE CONVENCER À OPINIÃO PÚBLICA QUE A ÚNICA SAÍDA ERA A PRIVATIZAÇÃO.

Objeto do contrato ECE-DJS 1252/2017 que possui a finalidade “assessorar a Eletrobras na comunicação relativa ao projeto de acionista majoritário de desestatização da empresa”.

Na concorrência, além da própria FSB, apresentaram propostas a Companhia de Noticias (CDN) e a Informe Comunicação. As três ocupam o pódio em contas do governo federal com reconhecida notória especialização em estratégia de comunicação.

De acordo com as apurações da reportagem, a Informe Comunicação teria apresentado a proposta de menor custo financeiro, ficando em primeiro lugar. A FSB teria ficado em segundo. No entanto, após o resultado da “tomada de preços” das empresas chamadas para uma licitação, a regra do jogo mudou: a Eletrobras resolveu escolher a vencedora pela modalidade de “inexigibilidade”, onde se dispensa uma concorrência e se promove uma contratação direta. A lei concede o direito ao contratante de escolha do fornecedor caso existam razões que justifiquem a dispensa de licitação.

No contrato em questão, a Eletrobras alegou que “em face da sua complexidade e singularidade, bem como confidencialidade, por envolver informações estratégicas da empresa, somente poderia se dar através de inexigibilidade de licitação, o que impossibilita o estabelecimento de critérios objetivos, requerendo empresa de notória especialização em estratégia de comunicação”

Os bastidores da concorrência que não houve apontam para uma mão determinante em optar depois da tomada de preços pela “inexigibilidade de licitação” que decretou a vitória da FSB: Wilson Pinto Ferreira Junior, nomeado por Michel Temer para presidir a estatal.
A Lei de licitações 8.666/93 regulamenta as hipóteses de sua inexigibilidade:

- Compras de materiais e equipamentos que sejam fornecidos com exclusividade por uma única empresa, produtor ou representante comercial.
- Contratações de serviços técnicos elencados no art. 13 da lei 8666/93, profissionais de notória especialização, exceto os de publicidade.
- Contratações de profissionais do ramo artístico, desde que o mesmo detenha aceitação pela crítica e pela opinião pública.

Ou seja, não há razão para Inexigibilidade.

A FSB Comunicação, iniciais de Francisco Soares Brandão, é a maior agência de comunicação do Brasil. Foi na era de Sérgio Cabral, ex-governador do Rio e atualmente preso por corrupção, que a FSB deu o salto de tamanho. De pouco mais de 100 funcionários, multiplicou em sete vezes. “Em seus governos, Cabral na prática terceirizou a comunicação do estado para a FSB. A agência mandava em tudo – da estratégia de comunicação aos funcionários que cada secretaria teria. Pelo menos setenta jornalistas da FSB passaram a trabalhar alocados nas principais pastas do governo estadual”, diz o texto.

A supremacia da FSB também se deu nas prefeituras de Eduardo Paes, onde dominou a comunicação. A empresa está citada na Lava Jato. Em acordo de delação premiada, o publicitário Renato Pereira relatou ter atuado para direcionar o contrato de comunicação da prefeitura do Rio à FSB Comunicação em 2015, um ano antes da Olimpíada do Rio. Em função desse contrato, o marqueteiro diz ter recebido cerca de 30% dos lucros da FSB. Em reportagens sobre o tema publicadas na ocasião, o ex-prefeito Eduardo Paes negou direcionamento do contrato de comunicação da prefeitura. Já a FSB, de acordo com nota publicada no jornal O Globo na ocasião, reconheceu trabalhos em conjunto com a empresa de Renato Pereira, a partir de “relações absolutamente legítimas”.

ESTADÃO Política broadcast político

7

Empreiteira pagou com dinheiro de propina agência de comunicação, diz delator

De acordo com Carlos Miranda, a Carioca Engenharia usou parte dos recursos ilícitos destinados a Cabral para pagar serviços prestados pela FSB Comunicação ao ex-governador; agência nega irregularidades

A FSB Comunicação foi contratada para atender a interesses da União contra os interesses da Eletrobrás e seus acionistas minoritários. Ao assumir despesa de publicidade de seu interesse exclusivo, o acionista majoritário (União Federal) causou relevantes prejuízos à Eletrobrás e aos acionistas minoritários.

Levantamentos realizados pelos órgãos de imprensa do País (http://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/04/eletrobras-pagou-quase-r-2- milhoes-para-piorar-imagem-da-propria-empresa) demonstram que desde o mês de setembro de 2017, quando foi assinado o contrato Eletrobras/FSB, cresceu o número de reportagens na imprensa apontando mazelas da empresa, embasado em subsídios e pautas fornecidos a partir do referido contrato de comunicação. Desse modo, o contrato que tinha o objetivo de potencializar os aspectos positivos da empresa e a necessidade da privatização da Eletrobras, vem servindo para desacreditar a própria da estatal, o que revela o total descumprimento dos termos avençados e o potencial prejuízo (em relação à contratação e dispêndio) para a empresa. Tem-se, dessa forma, grave desvio de

finalidade em relação ao objeto contratual, além de afronta aos princípios da moralidade, o que revela a necessidade de oitiva, diante da realidade, do Ministro das Minas e Energia e do Presidente da Eletrobras.

NOVIDADE DA SEMANA

1 - Há algumas semanas, MANOEL ZARONI tomou posse no Conselho de Administração da Eletrobras. O problema é que ele também é conselheiro na francesa ENGIE (antiga Tractebel). Isso configura claro Conflito de Interesses pois ELETROBRAS e ENGIE são concorrentes. Estando na mais alta cúpula da Eletrobras, o conselheiro terá acesso às informações estratégicas e sigilosas.

Eleição no Conselho pode pôr em risco privatização da Eletrobras

COMENTE

ESTADÃO conteúdo
Denise Luna
Rio 19/05/2018 | 10h53

Ouvir texto Imprimir Comunicar erro

A eleição do vice-presidente do Conselho de Administração da Engie Energia, Manoel Zaroni, para o Conselho de Administração da Eletrobras, na última assembleia da estatal, poderá atrapalhar o processo de privatização da empresa, avaliaram especialistas, que veem na decisão um claro descumprimento da Lei das Sociedades Anônimas.

A presença de Zaroni no Conselho pode, por exemplo, suscitar ações de outras companhias que se sentirem preteridas nas negociações dos ativos a serem colocados à venda pela estatal. Com capacidade instalada de 11 mil megawatts, a Engie é a maior geradora privada de energia no País e já declarou interesse em ativos da Eletrobras.

A Assembleia Geral Ordinária da estatal dispensou Zaroni de atender ao artigo da Lei das Sociedades Anônimas que trata de conflito de interesses na eleição de membro do Conselho. O BNDES, um dos acionistas da estatal, se absteve de se manifestar em relação à dispensa.

Já o conselheiro eleito disse que não vê impedimento em assumir o cargo, já que pretende se abster quando o assunto for a venda de ativos ou a privatização da empresa. O compromisso, segundo ele, é pessoal e não foi firmado em documento. "Não vejo problema nenhum, desde que atue com ética e obedeça as regras de governança. Tem muita gente que trabalha em um, dois, três conselhos."

Na ata da assembleia, a indicação de Zaroni é registrada como do Ministério de Minas e Energia (MME), que negou a recomendação em nota enviada ao Estadão/Broadcast. Segundo o MME, Zaroni foi escolhido pela Eletrobras. A estatal alega que a indicação foi do ministério.

"Está tudo errado", avaliou o advogado especializado em direito corporativo André de Almeida. "Para começar o conselheiro não pode ser indicado pela própria empresa, tem de ser pelo acionista. E não pode ter conselheiro que também é conselheiro de uma empresa concorrente, tem acesso a informações privilegiadas, vira um leva e traz informação", afirmou.

Segundo a Eletrobras, Zaroni "ocupa a vaga estatutária no Conselho de Administração da Eletrobras, cuja indicação compete ao acionista majoritário. A indicação do executivo, que tem incontestável experiência no setor elétrico brasileiro, foi submetida a todos os critérios estabelecidos pela Lei das Estatais e sua regulamentação, o que inclui o atendimento aos requisitos de independência", disse a estatal.

Para o consultor de governança corporativa Renato Chaves, a atitude da Eletrobras "não é comum". Ele dá como certa a reclamação de investidores à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). "O Conselho é um órgão que vai opinar em todo o processo de privatização. Mesmo que não houvesse processo de privatização, não é correto."

O BNDES disse que seu braço de investimentos, a BNDESPar, se absteve porque a eleição de Zaroni não constava na ordem do dia da assembleia. Afirmou ainda que o texto do "formulário de informações curriculares enviado pela Eletrobras dizia que a empresa não tinha conhecimento da participação do Sr. Manoel A. Zaroni Torres em outras companhias abertas".

O banco ressaltou que "seria necessária uma análise sobre as potenciais situações de conflito entre Engie e Eletrobras para saber se estaria ou não de acordo". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

QUESTIONAMENTOS:

a) O MME alegou que Zaroni foi escolhido pela Eletrobras. Por que a Eletrobras indicou o Sr. Zaroni se isso é competência do acionista?
b) O Sr Conhece Manoel Zaroni?
c) O Sr considera coerente a atuação de Zaroni em duas empresas concorrentes?
d) O Sr era há pouco tempo conselheiro da ISA CTEEP. Sabe-se que esta empresa é também concorrente da Eletrobras. Não existe conflito de interesse em ter acesso à informações estratégicas e sigilosas de uma empresa concorrente?